



# SIPESP

## O JORNAL

SINDICATO DOS INVESTIGADORES  
DE POLÍCIA DO ESTADO DE  
SÃO PAULO

MAI-JUN-JUL/2023 ANO XIX ED.120

### CONFIRA TAMBÉM:

SIPESP NO SPTV-2: Rebouças comenta déficit na Polícia Civil.



## CATEGORIA UNIDA

SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES NA LUTA POR REAJUSTE

Leia na página 4.

## SINDICAL

Filie-se e conheça os benefícios de fazer parte do seu sindicato de representação!



## PROMESSAS

DE UMA NOVA GESTÃO

Diretoria do SIPESP é recebida pelo Delegado Geral por Artur Dian para conhecer quais as propostas encabeçadas pelo novo delegado geral.

Veja na página 3.

## DIRETORIA EXECUTIVA

### Presidente

JOAO BATISTA REBOUÇAS DA SILVA NETO

### Vice-Presidente

Paulo Augusto Ribeiro Morato Erica

### Secretário Geral

Joraci de Campos

### Secretário Geral Adjunto

Agnaído Gonzaga da Silva

### Dir. Financeiro

Ildete dos Santos

### Dir. Financeiro Adjunto

Jailton Correia da Silva

### Dir. Jurídico

Maria Helena Torres

### Dir. Jurídico Adjunto

Adilson Ferreira da Silva

### Dir. de Patrimônio

João Carlos Pavão de Paiva

### Dir. de Patrimônio Adjunto

Clodoaldo Luis Ferreira

### Dir. Social

Rafael Carvalho de Paula

### Dir. Social Adjunto

Fábio Tadeu Campos

### Dir. de Esportes, Lazer e Cultura

Alcyr Souza Reis Junior

### Dir. de Esportes, Lazer e Cultura Adjunto

Claudio Cesar da Silva Santos

### Dir. de Relações Públicas e Sindicais

José Elísio de Sant'Anna

### Dir. de Relações Públicas e Sind. Adjunto

Alexandre Ferratoni

### Dir. do Interior

Luis Henrique Nogueira Monteiro

### Dir. do Interior Adjunto

Reinaldo Farias de Assis

### Dir. de Aposentados e Pensionistas

Álvaro José Val Giorioli

### Dir. de Aposentados e Pensionistas Adjunto

Flávio de Castro

## CONSELHO FISCAL

### Membros Efetivos

#### Presidente

Paulo Sérgio Kotzent

#### 1º Vice Presidente

Luis Miguel Kudlovics

#### 2º Vice Presidente

João Sampaio Lopes

#### Secretário

Marco Antônio Cecoti dos Santos

#### 1º Secretário Adjunto

Rosalvo Francisco Machado dos Santos

#### Membros Suplentes

##### Presidente

José Maria Bicudo Serra

##### 1º Vice Presidente

JRerolde Alexandre Soares Rodrigues

##### 2º Vice Presidente

Flávio de Araújo

##### Secretário

Marcos Antônio Gonçalves Passos

##### 1º Secretário Adjunto

Paulo Rogério Pereira Neme

Jornalista responsável: Nelson Ciolli - Mtb: 12.511

Redação e imprensa: Jessamy Kisberli - Mtb: 62.778/SP

#### JORNAL DO SIPESP

Circulação bimestral

Tiragem: 1.200 exemplares

# PALAVRA DO PRESIDENTE

Este primeiro semestre de 2023 foi recheado de trabalho.

O SIPESP, com sua nova diretoria, liderou inúmeras atuações - muitas delas já conhecidas pela categoria e que necessitam de atenção contínua - e embarcou em novos desafios.

Desafios, aliás, enfrentamos diariamente enquanto somos procurados pelos associados e pelos policiais de todo o Estado.

A nova gestão do Governador Tarcísio de Freitas, trouxe, inicialmente, uma sensação de euforia dentro das polícias. Ainda não nos cabe julgar uma gestão que acabou de começar, claro, mas é importante mantermos sempre o estado de atenção.

E assim foi com relação ao reajuste salarial das polícias, o primeiro reajuste de servidores anunciado pelo governo. Nossas insatisfações com relação aos valores estipulados foi real e gerou uma mobilização conjunta de todos os profissionais da Polícia Civil.

Com a iniciativa do Deputado Reis, as categorias participaram da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Civil e de outras inúmeras reuniões, necessárias para que pudéssemos avançar nas nossas prerrogativas.

Apesar de não termos alcançado o que gostaríamos, esses encontros permitiram que conhecêssemos também as agruras dos nossos colegas, que nos deixaram ainda mais em alerta para a defasagem da Polícia Civil.

Paralelamente, nos concentramos também em questões como o atendimento do IAMSPE e a aposentadoria, problemas que são relatados diariamente por muitos de nossos associados e seus familiares.

O Sindicato tem por função essencial a representação dos investigadores de polícia.

E, nessa edição do Jornal do SIPESP, é possível encontrar todas as motivações para a existência desse Sindicato, que há tanto tempo luta e legitima com afinco este labor.

Ainda que existam dúvidas sobre a necessidade do Sindicato, sua relevância é crucial. Sem Sindicato, não há conquistas ou garantias.

A entidade de representação é indispensável, pois somente ela tem acesso, por lei, a muitas autoridades que são capazes de mudar panoramas e estabelecer novos parâmetros para todos.

É possível não gostar do Sindicato e isso é aceitável; mas não admitir que é por causa dele que o trabalhador consegue alavancar progressos, é imprudente e beira o hebetismo.

Juntos somos fortes e é isso que precisamos entender como categoria.

Grande abraço,

*João Batista Rebouças da Silva Neto*

**Presidente do SIPESP**



# A VALORIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL E DO POLICIAL CIVIL É O FOCO DA GESTÃO DE ARTUR DIAN



“Nesses 100 primeiros dias de gestão, estamos atuando pela reposição e aumento salarial do policial civil”. Essa foi a afirmação do delegado geral de polícia Artur Dian durante a reunião realizada no dia 4 de abril com a diretoria do SIPESP na Delegacia Geral de Polícia, no centro de São Paulo.

Recebida de maneira muito educada e inclusiva, a diretoria do SIPESP, representada pelo presidente da entidade, João Batista Rebouças da Silva Neto, pelos diretores Joraci de Campos, Álvaro José Val Girioli e Adilson Ferreira da Silva e pelo advogado do Sindicato, Wilson Rangel, em um diálogo franco e acessível, conheceu quais as propostas encabeçadas pelo novo delegado geral.

“Nunca tivemos um momento tão positivo em nossa Polícia Civil”, apontou o presidente Rebouças.

Confira a seguir alguns pontos abordados durante a reunião:

## VALORIZAÇÃO: AUMENTO DE SALÁRIO E REPOSIÇÃO SALARIAL

A falta de valorização é um problema que a categoria enfrenta há muitos anos e foi tópico de debate entre as autoridades. Dian, que passou pela Polícia Civil como investigador de polícia entre os anos de 1993 e 1999, disse que tem orgulho dessa parte de sua história e que a valorização, à época, já era uma questão entre os colegas de profissão.

“Temos que entender que todo policial é policial. Aqui o senhor [Rebouças] será ouvido. Temos pleitos em comum”, disse Dian.

O SIPESP recebeu, especialmente no mês de março, muitos boatos com relação à data-base e ao valor do reajuste que seria dado pelo Governo para a Polícia Civil. No entanto, Dian deu um alerta importante. “Os policiais não podem acreditar em tudo o que é compartilhado. Temos que entender que virá um aumento considerável, mas dentro do que se pode oferecer e de forma escalonada, não linear”.

Nesse ponto, o delegado ressaltou que o escalonamento ocorrerá da seguinte maneira: as carreiras-base terão um aumento maior e os delegados, em último nível, um aumento menor. “É uma forma de aproximar carreiras de base para poder equalizar melhor os salários”, explicou.

## NOVOS EFETIVOS

Outro ponto importante ressaltado pelo delegado geral foi a alteração da Lei 1.151/2011, que dispõe sobre a reestruturação das carreiras de policiais civis, do quadro da SSP.

A ideia é de suprimir alguma etapa dos concursos para dar mais celeridade ao processo. “Podemos tentar eliminar a prova escrita ou oral e dificultar a preambular”, explicou Dian.

Atualmente, tem mais de 13 mil cargos vagos na Polícia Civil e que demoram para serem ocupados por conta da morosidade do processo de análise e aprovação. Para o delegado, a “defasagem é um legado que se arrasta”.

## INTERIOR

A situação no interior também foi abordada pelo Sindicato e Dian também apresentou uma nova possibilidade na área de saúde para os policiais fora da Capital. A pauta ainda está sendo estudada para verificar a viabilização.

Além disso, o delegado geral afirmou que o excesso de trabalho e acúmulo de funções estão sendo acompanhados pela Delegacia e que novas providências serão tomadas em breve e divulgadas em momento oportuno.

## COMPROMETIMENTO

Para o presidente Rebouças, a reunião foi uma surpresa esperançosa e é um vislumbre de como a Polícia Civil e, em especial, o Sindicato, podem colaborar ativamente para uma gestão em prol do bem comum.

“Ficamos felizes com esse diálogo proporcionado pelo Delegado Geral Artur Dian. Nós, finalmente, fomos atendidos com cordialidade, presteza e muita consideração para que possamos progredir nas prerrogativas da Polícia Civil. Temos tudo para fazer, juntos, a PCSP crescer cada vez mais”, elogiou.

# ALESP APROVA, COM 84 VOTOS FAVORÁVEIS, O PROJETO DE REAJUSTE PARA AS POLÍCIAS

*AS ENTIDADES RECONHECEM A NECESSIDADE DO REAJUSTE; SIPESP VAI CONTINUAR LUTANDO PELA VALORIZAÇÃO DOS INVESTIGADORES DE POLÍCIA*



A Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) aprovou no dia 23 de maio, o projeto de reajuste das polícias proposto pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). O texto foi aprovado por unanimidade entre os deputados: foram 84 votos a favor da proposta. Os reajustes circulam entre 13,7% a 34,2%, de acordo com a posição do policial na hierarquia. A medida depende agora da sanção do Executivo e a devida publicação em Diário Oficial.

“O sentimento que temos é de impotência e frustração. Passamos dias debatendo novas possibilidades que tornariam mais justos os reajustes apresentados pelo governador no último dia 2 de maio. Elaboramos e apresentamos emendas, levamos ao conhecimento dos deputados e do próprio

Tarcísio e, ainda assim, apesar dos esforços, a diferença entre as polícias militar e civil ficam ainda mais evidentes”, lamentou o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto. “Inclusive, a data-base de março ficou para trás e vamos receber apenas em agosto, cinco meses depois! A gente se sente muito triste de o governo não cumprir o que prometeu”.

A proposta passou com o apoio da oposição após gerar um intenso desgaste para deputados da base aliada e para os representantes sindicais, que estiveram presentes quase diariamente na Casa de Leis.

## HISTÓRICO

Encaminhado no dia 2 de maio, o PLC 75/2023 por Tarcísio de Freitas propôs dife -

-rentes percentuais de reajuste entre as polícias de São Paulo – além de não agregar outras, como a Polícia Penal. A iniciativa causou um descontentamento, em especial entre a Polícia Civil, que viu que o reajuste anunciado beneficiaria mais os militares.

Assim que o texto foi divulgado, o deputado Reis reuniu todos os representantes sindicais e associativos para que fossem apresentadas emendas com melhores reajustes ou reajustes mais equalizados com os Policiais Militares.

Dessa união, surgiram 45 emendas para o projeto. Todas elas foram rejeitadas pelo relator do texto no Congresso de Comissões, Carlos Cezar (PL). Os 2 substitutivos propostos por aliados de Tarcísio, que aumentavam o percentual ou incluíam políticas de atenção à saúde



mental aos agentes das forças de segurança também foram rejeitados. A principal justificativa é que a inserção de novos valores compete exclusivamente ao Executivo, que precisa analisar o impacto das propostas.

## UNIÃO ENTRE A CATEGORIA

Nos dias 17 e 18 de maio, datas em que a presidência da Casa tentou pautar a votação na ordem do dia, a oposição conseguiu travar o encaminhamento da proposta, usando tempo de fala no Congresso de Comissões e em Plenário. Também apresentou emendas extras, o que forçou uma nova votação dentro das comissões.

Em uma última tentativa de melhorar a situação da Polícia Civil, aconteceu o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Civil, implementada pelo deputado Reis. Entre os principais pedidos, estava a inclusão dos policiais penais e dos agentes socioeducativos da Fundação Casa. Também foi proposto um percentual único para todo o quadro das duas polícias como forma de evitar discrepâncias nos valores e atritos entre os próprios policiais.

"Nós queríamos mais tempo de debate para que as categorias pudessem ser ouvidas em audiências públicas, para que fosse montada uma mesa de negociação e discutidas as emendas com maior profundidade. Depois disso, poderíamos votar com maior clareza, mas isso não ocorreu", disse o deputado Reis (PT).

O governo acabou seguindo com o projeto inicial e optou por promover uma recomposição salarial maior para os cargos iniciais da carreira militar, entendendo que isso pode fazer com que os ingressantes tenham incentivo para permanecer nos quadros. O Soldado de 2ª Classe, primeiro degrau na carreira, terá um acréscimo de 31,62%. Segundo o Executivo, a medida deve abranger 228 mil agentes entre ativos, inativos, e pensionistas.

## REAÇÃO DOS POLICIAIS CIVIS

O SIPESP reconhece a necessidade do reajuste; no entanto, a postura do governo causou ainda mais desconforto. "O reajuste é importante, mas a Polícia Civil está de luto pelo valor e pelo tratamento

que foi dado pelo governador", lamentou. "Mesmo com a mudança do governo, a postura da administração pública com os policiais civis continua a mesma.

Cláudio Marinho, representante sindical em Pernambuco, enviou uma mensagem a Rebouças prestando solidariedade. "Só tenho a lamentar esse fato aí em São Paulo. Sei do seu desempenho perante sua categoria e vocês não merecem esse retorno por parte de nenhum governante", disse. Outros sindicatos de todo o País também manifestaram apoio ao SIPESP e aos policiais civis.

Nas redes sociais há um movimento inflamado de insatisfação. Há comentários como "É preciso sempre ouvir a categoria e atender aos anseios da população" e "Desde que entrei tem promessa de melhores salários do governo e nada aconteceu, mais uma vez", que podem ser conferidos tanto nos perfis do SIPESP no Instagram e Facebook.

# “SE DERRUBAMOS O CONFISCO É PORQUE ELE ERA ILEGAL”, AFIRMA GIANNAZI

*DURANTE O ENCONTRO, ORQUESTRADO PELO SIPESP, O DEPUTADO FALOU SOBRE AS PRÓXIMAS AÇÕES EM PROL DA POLÍCIA E DOS SERVIDORES DE SÃO PAULO E DEU DESTAQUE À DEVOLUÇÃO DOS VALORES DO CONFISCO DA PREVIDÊNCIA.*



No dia 7 de junho, a diretoria do SIPESP se encontrou com o deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL), em seu escritório na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) para falar sobre o apoio dado pelo deputado à Polícia Civil e de questões que agregam servidores públicos de todo o estado.

De início, o deputado ressaltou a reforma administrativa que está preocupando todos os servidores. “Estamos preocupados. O governador está privatizando tudo, como foi feito pelo PSDB. Deu para entender o que ele fez pela PCSP e pela PM porque é uma base eleitoral dele. As outras, nenhuma foram contempladas. Quem é servidor público não pode acreditar no Governo. Tem que estar sempre vigilante, especialmente entidades como a do SIPESP”, disse.

## CONFISCO DA PREVIDÊNCIA

O confisco foi derrubado no fim do ano de 2022. De acordo com Giannazi, ele segue agora para lutar pela devolução desses valores confiscados de forma indevida. “Eu apresentei o PLC 9/2023 e uma emenda à LDO autorizando a devolução. E é nisso que estamos trabalhando. Se derrubamos o confisco é porque ele era ilegal e temos que devolver esses valores com juros e correção”.

Atualmente, o projeto está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. “Considero importante ver essa questão da Previdência, porque aquela Reforma da Previdência de 2019, do Bolsonaro, que tem a Emenda 103 e o artigo 149, autoriza Estados e municípios a cobrarem contribuição previdenciária. Tem estado que cobra e, logicamente, a

Constituição Federal aprova. Foram aprovadas reformas estaduais! Então nós derrubamos o decreto. Mas o Tarcísio, se quiser pode, a qualquer momento, reeditar o novo decreto, voltando a confiscar. Então o que nós estamos fazendo já há um bom tempo e agora com mais intensidade, é mudar esse artigo da Constituição Federal em Brasília. Como mudou o governo, talvez fique mais fácil”, explicou Giannazi.

O deputado explicou que há um bom movimento entre alguns parlamentares. Para que seja possível mudar, foi apresentada uma PEC que foi levada ao ministro da Previdência Social, Carlos Lupi. “Ele apoia, já deu o apoio público numa audiência pública. Então ele está avançando para tirar da Constituição, suprimir

de tal forma que não haja mais autorização do governador para fazer desconto para quem ganha abaixo do teto, o que é um absurdo! Você está aposentado, não tem que pagar mais. Não tem sentido você continuar pagando depois que você se aposentou. E esse artigo 149 é tão perverso que fala que, em caso de necessidade, pode-se cobrar também de quem ganha abaixo de um salário mínimo. Ele dá essa possibilidade. Essa reforma é de 2019, do ex-ministro Paulo Guedes. Então, temos que fazer a luta lá em Brasília, senão ficaremos com a espada o tempo todo na nossa cabeça”, falou.

Os advogados do SIPESP afirmaram que vão acompanhar de perto essa questão porque muitos sindicalizados

procuram o departamento para reaver dois anos do confisco.

## UM PROBLEMA ENTRE AS POLÍCIAS

Sobre a última movimentação das categorias policiais pelo reajuste, o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto destacou que o governador Tarcísio de Freitas reabriu um problema entre as polícias. “Ele colocou o reajuste das duas polícias no mesmo projeto, privilegiou a Polícia Militar e o alto escalão e acabou jogando uma polícia contra a outra. Isso acaba, a longo prazo, se tornando um problema entre os policiais”, lamentou.

“Nós denunciamos e apresentamos emendas para corrigir, mas ele não acei-

-tou nenhuma proposta, nem as realizadas pela base do governo”, afirmou o deputado.

Segundo o presidente Rebouças, em contato com um colega investigador do estado do Amazonas, ele descobriu que o salário inicial do investigador é de, atualmente, R\$14 mil. Além disso, Rebouças também destacou a necessidade de reconhecimento do ensino superior, que não é pago em São Paulo.

“E isso está acontecendo em São Paulo, o estado mais rico da América Latina; se fosse um país, seria como a Argentina, Chile, Colômbia”, lembrou o deputado. “Não faz sentido”.

# SPTV – 1ª EDIÇÃO: SIPESP ALERTA PARA O DÉFICIT DA POLÍCIA CIVIL DESTACADO PELA PESQUISA POLÍCIA IDEAL X POLÍCIA REAL



Em 20 de abril, o programa SPTV – 1ª edição, repercutiu o déficit de policiais civis, em especial de investigadores, e como essa questão afeta a resolução de crimes em todo o Estado.

O dado foi destacado da pesquisa do SIPESP “Polícia Ideal x Polícia Real”, documento que engloba informações divulgadas pelos principais órgãos e que mostra a dificuldade da categoria em diversos quesitos: déficit de policiais, salário, nível superior, saúde, resolução de crimes, falta de material de trabalho, entre outros.

A realidade foi exposta pelo presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto, durante uma entrevista exclusiva à Globo.

Você pode consultar o documento completo no site do SIPESP.

# NA SSP, SIPESP FALOU SOBRE QUESTÕES QUE PRECISAM DE AÇÃO IMEDIATA DA GESTÃO

*DE ACORDO COM O ASSESSOR DO SECRETÁRIO DE JUSTIÇA, CUNHA LIMA, NOVA GESTÃO ESTÁ AGINDO DE FORMA UNIFICADA PARA SANAR OS PROBLEMAS DENTRO DA POLÍCIA CIVIL*



No dia 31 de maio, a diretoria do SIPESP, representada na ocasião pelo presidente João Batista Rebouças da Silva Neto, pelos diretores Joraci de Campos e Adilson Ferreira da Silva e pelos advogados Wilson Rangel, Eduardo Janeiro e Fábio Alencar, estiveram na Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública de São Paulo para uma reunião com o representante do secretário de segurança pública, o delegado dirigente da assessoria policial civil do gabinete do secretário, Luis Fernando Camargo Cunha Lima.

O encontro denota uma nova fase e um relacionamento mais estreito entre o sindicato e a nova gestão do Governo de São Paulo, que está mais atento às agruras enfrentadas pela Polícia Civil. “Queremos trabalhar de forma uníssonas com o Governo”, disse Rebouças.

“Pela primeira vez são policiais que estão à frente e, por isso, sou entusiasta da nova SSP”, iniciou Cunha Lima. “O secretário Derrite conhece de perto as necessidades das policiais”.

Confira abaixo os assuntos tratados na reunião.

## NOVOS CONCURSOS

Cunha Lima ressaltou, logo no início da reunião, o novo concurso que está em andamento para a contratação de 900 novos policiais. Os candidatos, segundo o assessor, estão na fase oral e, em breve, serão criadas mais 1200 vagas para investigador de polícia. “A falta de policiais é a principal queixa de inúmeros representantes, sejam eles políticos ou sindicais”, salientou.

É interessante que, de acordo com o assessor, os candidatos já se candidatam no DEINTER respectivo à sua região de atuação de preferência. “A qualidade de vida do policial é importante”, disse.

Apesar da abertura de novas vagas, atualmente um dos problemas enfrentados é que tem candidatos que conseguem chegar à fase final e acabam desistindo da vaga, situação que está tentando ser amenizada com a valorização salarial da base, de acor-

-do com o delegado.

## EXCESSO DE TRABALHO

Atentos aos problemas da categoria, o SIPESP levou também ao conhecimento do assessor a excessiva carga de trabalho, especialmente dos colegas do interior que continuam penando com o transporte de presos, trabalho que ainda acontece em algumas regiões como Marília e Apiaí (confira matéria na página 11). O SIPESP entregou para o representante um documento pedindo uma intervenção nessa questão para esses colegas que procuraram o sindicato pedindo auxílio.

De acordo com Cunha Lima, só ficarão a encargo da polícia civil os presos temporários. “Nessa questão dos presos, acho que demos um bom passo”, afirmou.

A escolta de presos e audiência de custódia é uma função que o SIPESP, entre 2007 a 2011, ao lado do então secretário de justiça Antonio Ferreira Pinto, conseguiu transferir da PC para a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). Antes dessa conquista do Sindicato, não havia qualquer regulamentação a respeito.

No entanto, mesmo em uma escala menor, este atributo ainda acontece porque a SAP não tem pessoal e o policial civil acaba tendo que fazer esse trâmite.

## REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS

Outro ponto importante que o SIPESP abordou durante a reunião foi a necessidade da reestruturação das carreiras. Atualmente, a PCSP congrega 13 carreiras, sendo que em alguns estados não passam de cinco, o que pode ser prejudicial para o órgão.

Do ponto de vista do delegado Cunha Lima, é possível realizar a reestruturação, mas desde que a própria polícia se estruture, antes de tudo. “É uma questão interna da polícia civil. A resistência a isso é interna. Enquanto não nos sentarmos para conversar, não chegaremos a lugar algum”.

## VALORIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A SSP afirma que o foco é a valorização

do policial. E a valorização, para o órgão, não é apenas ligada ao salário.

Entre os tópicos mais mencionados por investigadores, seja no canal direto com o Sindicato pelo telefone e e-mail ou pelas redes sociais, destacam-se a dificuldade atrelada às condições de trabalho impostas, como a falta de viaturas, armamento, coletes, escalas abusivas e, claro, a defasagem salarial.

“Está longe do ideal? Está! Mas existe uma boa intenção, uma vontade de ajudar”, disse o delegado sobre a nova gestão do Governo.

**“É O INÍCIO DE UMA GESTÃO COM MUITOS PROBLEMAS A SEREM ENFRENTADOS. MAS O REAJUSTE DESSE ANO FOI O PRIMEIRO PASSO DE OUTROS QUE VIRÃO”.**

*Luis Fernando Camargo Cunha Lima  
Delegado Assessor da SSP*

As limitações de atendimento no IAMSPE também foram destacadas pelo SIPESP. O Sindicato vai, a pedido da secretaria, elencar todas as sugestões pertinentes aos tópicos abordados na reunião e que serão

levadas ao conhecimento e análise do delegado-geral Artur Dian e do secretário Guilherme Derrite.

Para o SIPESP, esse é um passo para que a Polícia Civil consiga progredir. “Queremos participar, ajudar a fazer acontecer. Essa é uma proximidade que não tínhamos e vai colaborar para que possamos fazer a PCSP ainda mais grandiosa”, salientou Rebouças. “Não vou dizer que temos condição de mudar o mundo, mas vamos aproveitar esse momento para fazer funcionar”, finalizou Cunha.

Agora que o SIPESP conseguiu estabelecer um relacionamento com a Secretaria de Segurança Pública, com a Delegacia Geral, com a ALESP e com o Governo, os próximos passos são de mais trabalho.

“Continuaremos ouvindo a nossa categoria. Vocês nos mandam mensagem, nos ligam e pedem que continuemos o trabalho sindical e isso será feito. Estamos levando ao conhecimento dos governantes nossos problemas do dia a dia e insistindo para que esses pleitos sejam atendidos”, afirma Rebouças.



# SEM PERSPECTIVA DE MELHORAS, IAMSPE SEGUE SENDO UM PROBLEMA PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS

*IMBRÓGLIOS, QUE VÃO DA DIFICULDADE PARA CONSEGUIR ATENDIMENTO ATÉ TEMPO DE ESPERA PARA EXAMES DE SANGUE E CONSULTAS, SE ESTENDEM POR TODO O ESTADO*

Não é novidade que o sistema de atendimento em saúde para servidores públicos em São Paulo é um caos. Todos os anos o SIPESP recebe denúncias e atua juridicamente para garantir o atendimento adequado no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE) no que concerne à Polícia Civil.

## FALTA DE ASSISTÊNCIA

Servidores estaduais e aposentados e pensionistas do governo estadual reclamam da demora para conseguir marcar consultas com médicos especialistas, exames simples e procedimentos mais complexos, como cirurgias, por meio do IAMSPE.

Com tantas reclamações que são coletadas pelo SIPESP e por representantes políticos, foi criada, na ALESP, a Frente Parlamentar em Defesa do Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) e do Hospital do Servidor Público Estadual, a fim de defender o fortalecimento do atendimento médico aos servidores estaduais do Estado de São Paulo.

O primeiro encontro da Frente foi realizado no dia 16 de maio, e contou com a presença de trabalhadores de diversos setores de atuação e áreas do Estado. A Frente Parlamentar tem a coordenação colegiada dos deputados petistas Reis e Professora Bebel, além de Valdomiro Lopes (PSB).

Na ocasião, foram apresentados diversos

problemas e desafios atuais do IAMSPE. Fila de seis meses a dois anos para a realização de cirurgias eletivas; espera de até 48 horas no Pronto-Socorro; e toda uma ala de Cardiologia fechada após um pedido coletivo de demissão médicos especialistas foram alguns dos assuntos destacados pela comissão que representa o instituto e esteve representada no evento.

## O CAMINHO É A AUTARQUIA?

Entre diversos pontos de reivindicação, está o de trazer à pauta novamente o Projeto de Lei 52/2018, de autoria do então governador Márcio França, que transforma o IAMSPE numa autarquia em regime especial, o que permitiria a participação do funcionalismo público nos conselhos administrativo e fiscal. A contribuição igualitária entre servidores e o Estado para a gestão da estrutura, a posição contrária às terceirizações, a ampliação da rede pelo Interior e a valorização dos servidores foram outros temas abordados no encontro.

"O PL 52 vai dar todas as condições para que nós possamos melhorar o Iamspe, descentralizar sua atuação e ter um Conselho de Administração. Precisamos trabalhar para que ele entre na pauta da Casa", afirmou a deputada Bebel.

Para o deputado Reis é necessário uma divisão justa de encargos. "O IAMSPE é mantido pela contribuição de cada um dos servidores. Por isso, é importante que haja paridade entre a contribuição da categoria e a do Governo do Estado. Se, hoje, a arrecadação é de R\$ 1,9 bilhão, é justo que o Governo coloque o mesmo valor. Somos a favor da valorização de todos os servidores públicos e a contrapartida dessa valorização é o bom atendimento que eles podem prestar", afirmou, alegando ser ele próprio um usuário da rede. "A Frente Parlamentar vai ser de luta e de cobrança. Nós queremos que o Governo cumpra o seu papel. Vamos fazer a nossa parte e queremos a contrapartida. Estamos unindo forças para que isso aconteça", acrescentou.



## ARTIGO



WILSON RANGEL

Advogado, coordenador do Departamento Jurídico do SIPESP e sócio na Korosue, Rangel & Antunes, Sociedades de Advogados.

## JURÍDICO DO SIPESP À SERVIÇO DOS SINDICALIZADOS E SEUS FAMILIARES

O SIPESP disponibiliza aos sindicalizados e seus familiares, um departamento jurídico, com advogados especializados nas mais diversas áreas do direito.

Basta agendar o atendimento no departamento jurídico, para receber atendimento presencial ou online e receber as orientações necessárias.

Se tiver problemas na Corregedoria, possuir dúvidas com a aposentadoria que se aproxima ou qualquer problema a ser resolvido no Judiciário, entre em contato no Departamento Jurídico do SIPESP no telefone (11) 3326-3322 e agende seu atendimento.

Segundo o coordenador jurídico do Sipesp, Dr. Wilson Rangel Jr., o suporte dado pelo departamento é crucial para a categoria. " O departamento jurídico do SIPESP há anos demonstra a sua força nos momentos que mais o associado e seus familiares necessitam de apoio jurídico". afirma.

O departamento jurídico do SIPESP também sempre esteve ativo quando o assunto envolve a categoria, lutando pelos direitos dos policiais civis.

Não perca tempo: entre em contato, agende seu atendimento e saiba dos seus direitos!

## APÓS QUEIXA DA POLÍCIA CIVIL DE MARÍLIA, SIPESP BUSCA APOIO DE ARTUR DIAN

*A ESCOLTA DE PRESOS, QUE DEVERIA SER REALIZADA PELA SAP, É FEITA POR POLICIAIS CIVIS, SITUAÇÃO QUE PREJUDICA O DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES.*

No dia 21 de junho o SIPESP protocolou um novo ofício na Delegacia Geral, endereçada ao Delegado Geral, Dr. Artur José Dian, relatando e solicitando apoio do delegado para a resolução da situação dos policiais da região de Marília, cidade do Centro-Oeste Paulista, localizada a cerca de 443 quilômetros da cidade de São Paulo .

A queixa dos policiais civis da região é sobre a realização da escolta de presos, que deveria ser realizada pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). Essa atuação por parte dos investigadores prejudica, de acordo com o SIPESP, “o desempenho de suas funções” e colabora ainda mais para o acúmulo de trabalho.

O SIPESP denuncia ainda que os “policiais chegam a se deslocar por até 100 km escoltando presos”.

“Após sermos recebidos com tanta receptividade pelo novo representante na Delegacia Geral, acreditamos que as portas estão mais abertas para que essa gestão se atente ainda mais às agruras enfrentadas com constância pelos policiais civis que atuam no interior do nosso Estado. Temos a certeza de que Dian se mobilizará para resolver essa questão da melhor maneira, em trabalho conjunto com o SIPESP”, disse o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto.

## ATENÇÃO SERVIDOR PÚBLICO!

VOCÊ POSSUI PRECATÓRIO  
E TEM DUVIDAS  
SOBRE ESTE  
CRÉDITO?

A Blue é uma empresa que atua na orientação dos credores de precatórios.

Possuímos um time de profissionais, com mais de 10 anos de experiência, aptos a prestar os esclarecimentos necessários, como o valor atualizado do crédito, os descontos legais e a previsão para recebimento do precatório.

Além disso, possuímos diversos parceiros com interesse na aquisição destes ativos e buscamos, em caso de interesse, a melhor oferta no mercado.

Não perca tempo, entre em contato com os nossos profissionais no telefone: (11) 9 1214-3261

**Blue**  
Ativos judiciais

O jeito fácil de entender o seu precatório!

# BENEFÍCIOS SIPESP FILIE-SE!

MAIS DE **60 MOTIVOS** PARA  
SE **JUNTAR** AO SINDICATO  
DA CATEGORIA!



- UNIVERSIDADE SÃO JUDAS
- UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
- UNIVERSIDADE IBIRAPUERA
- UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
- UNISA - UNIVERSIDADE DE STO. AMARO
- WPÓS - Pós-Graduação a Distância
- UNINOVE
- UNICASTELO
- UNIP
- FMU
- UNIMESP - FIG
- FACULDADE E COLÉGIO DRUMOND
- COMPLEXO JURÍDICO - DAMÁSIO DE JESUS
- UNIVERSITÁRIO VESTIBULARES
- ESCOLA JOÃO XXIII
- CURSO ÊXITO
- FACULDADES HORIZONTE
- FAPPES
- FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES
- IPOG - INSTITUTO DE PÓS GRADUAÇÃO

## MÉDICOS E LABORATÓRIOS

- CLÍNICO GERAL - DR. IDANIR MOMESSO NETO
- CLÍNICA ANGIO VASC PAULISTA
- CRYA MEDICINA DIAGNÓSTICA
- CENTRO MÉDICO BRESSER
- ENDOCRINOLOGIA
- ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR

## PLANOS DE SAÚDE

- AMEPLAN - GRUPO HORIZONTE
- UNIHOSP - SAFE LIFE

## FARMÁCIAS

- FARMA CONDE
- INTEGRITÁ FORMULAS
- DROGARIA 5ª AVENIDA

## ODONTOLOGIA

- DR. IDANIR ANTÔNIO MOMESSO Jr.

## PSICOLOGIA

- DRA. PALLOMA KELLY DA SILVA
- DRA. TAMIRA QUINTO
- DRA. DICELIA LIMA MOREIRA DE BARROS

## OFTALMOLOGIA

- ÓPTICAS VISÃO LUX
- CLINICA DE OLHOS BOA VISÃO
- CLÍNICA DE OLHOS SÃO DOMINGOS

## PODOLOGIA

- PODOKIS - SILVANA KISBERI



- HOTEL SÃO PAULO INN
- SHELTON INN HOTEL
- NORMANDIE DESIGN HOTEL
- NOBILIS EXPRESS
- SAN RAPHAEL HOTEIS
- SAN MICHEL HOTEIS
- HOTELLING INTERNATIONAL - Pousadas e Hotéis
- RESIDENCIAL VERAMAR - BOIÇUCANGA

- CLUB DE FÉRIAS
- Pousada Villa Harmonia
- COLÔNIA SIPESP - PRAIA GRANDE
- COLÔNIA SIPESP - PROMISSÃO
- MASSOTERAPIA - QUICK MASSAGE
- WET'N WILD - HOPI HARI
- PARQUE DA XUXA



## Seguros

- CKS CORRETORA DE SEGUROS
- LUZZ PRIME - CORRETORA DE SEGUROS EM GERAL



## Empréstimo

- VITOR KISBERI



## Jurídico

- ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA